

Coluna do Castello

Sarney já tem ganhos internos

ANTES de completar o segundo ano do seu governo, o presidente José Sarney comparece pela segunda vez à televisão para anunciar graves medidas que alteram a política econômica. Na primeira, em meio a incertezas, foi surpreendido pela entusiástica recepção do povo ao Plano Cruzado, que resolveu parcialmente problemas, mas deixou no rastro da sua execução outros que ele procura enfrentar com o anúncio da suspensão sem prazo do pagamento dos juros da dívida externa e de medidas internas, dentre as quais a sempre prometida e nunca cumprida redução dos gastos do governo e das empresas estatais. Essa redução, limitada ao uso de recursos próprios, será pelo prazo de seis meses.

Os riscos da suspensão do pagamento estavam na linha das previsões, mas não só já renderam dividendos na política interna como perdura a expectativa de que os bancos credores se dispõem a negociar, mesmo sem interferência do FMI, desde que o governo brasileiro acene com uma revisão da política econômica interna a fim de assegurar o ingresso de dinheiro novo e a concordar com a concessão de novos prazos, à semelhança do Clube de Paris, para pagar acessórios e o principal da dívida vencida este ano.

Apesar do pressuposto de receptividade à decisão brasileira no plano internacional, a decisão do governo foi anunciada em meio à dispensável ritualística da reunião do Conselho de Segurança Nacional, o que deslocou para essa área específica, a que não se recorria desde os governos militares, uma simples decisão de governo. O assunto está colocado assim como de segurança nacional em face de uma não aludida mas implícita ameaça externa à estabilidade econômica e institucional do Brasil.

Essa gravidade com que o governo cercou o anúncio de uma medida tecnicamente decidida há algumas semanas terá mais efeitos para dentro do que para fora, desde que os banqueiros e os governos envolvidos não admitam a hipótese de envolvimento numa conspiração contra o governo brasileiro, aliados a forças internas mencionadas pelo líder do PMDB na Câmara, deputado Luis Henrique. Para esse público representado pelo novo líder do principal partido, colocado à esquerda do governo, é que teria sido armado o efeito espetacular da reunião com os chefes dos três Poderes e dos estados-maiores militares.

O resultado visado foi atingido, pois horas antes cessara a operação do grupo chamado "pró-soberania", que pretendia iniciar o desmonte da Constituição em vigor, mediante votação pela Constituinte de atos constitucionais (atos institucionais), medida a que se opunha o governo. A resistência do amplo setor esquerdista cessou e a liderança do Sr Carlos Santana tornou-se provisoriamente uma tarefa de fácil confraternização entre objetivos aparentemente semelhantes.

A moratória é uma aspiração da esquerda e, embora esta, decretada pelo governo, tenha sido mais política do que técnica e de efeitos de prazo médio mas não definido, persiste a aspiração dos grupos esquerdistas de que a conspiração internacional-nacional impeça uma negociação útil ao Brasil e assim a moratória se torne definitiva e irretroatável. O governo não está, obviamente, nessa linha, tanto que o presidente José Sarney fez questão de afirmar que sua medida não representa uma confrontação, mas a busca de condições adequadas, em face da situação interna do país, para o desembolso de juros sem prejuízo da já sofrida população brasileira.

O presidente José Sarney cometeu um deslize ao definir como traição ao Brasil qualquer rejeição ao seu ditado, "a pretexto de crítica". Ora, isso não corresponde à formação política e moral do cidadão José Sarney e devemos creditar à emoção ou ao atropelo do momento a infeliz advertência do chefe do Governo. O texto do discurso presidencial carece, às vezes, da limpidez acadêmica de outros pronunciamentos, o que indica ter sido atropelado pelos fatos ou pelas aflições oriundas de problemas psicológicos. O fato tornou-se mais grave quando complementado pelo discurso do líder do PMDB, denunciando uma conspiração para desestabilizar o governo brasileiro, hipótese a que dava respaldo o cerimonial desenvolvido a partir das 16 horas de sexta-feira, 20, no Palácio do Planalto.

O Sr José Sarney assumiu, no entanto, pela segunda vez em seu governo, a responsabilidade de graves decisões das quais podem decorrer conseqüências nem sempre previsíveis para o futuro do país. Confiante no balanço de que o Plano Cruzado ofereceu um saldo estimulante, apesar de um desfecho a que o Palácio nega realidade, o presidente da República joga-se a um segundo plano de riscos. Se ele interpretar efetivamente os sentimentos e aspirações nacionais e se conseguir alcançar os objetivos visados, seu governo estará definitivamente consolidado à esquerda e à direita. Por enquanto, ele já registrou ganhos na política interna. Resta saber se se confirmarão suas previsões quanto à negociação externa.

Carlos Castello Branco